

Implementação e implicações da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino

Analysis of the implementation of the public policy to strengthen female entrepreneurship in Porto Velho (RO) and its perception by the target audience

Lady Day Pereira de Souza¹ 
Isabela Pimentel Azevedo da Silva² 
Lucas Almeida Costa³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2022v7n2.62512]

Recebido em: 11/03/2022

Aprovado em: 14/09/2022

Resumo: A globalização tem impellido a inserção de mulheres em atividades empreendedoras como meio estratégico para se distanciar de situações de pobreza. Este estudo tem como objetivo compreender aspectos e processos da implementação da política de incentivo ao empreendedorismo feminino denominada de “Feira da mulher empreendedora” e sua percepção pelo público-alvo. O evento tem como finalidade auxiliar a mulher a aprimorar seu pequeno negócio, através de capacitação e outras oportunidades. O artigo dialoga com a importância de incentivar outras mulheres empreendedoras por meio de políticas públicas e a necessidade de que estas ações sejam mais holísticas. Para isso, realizou-se observação não participante do processo de implementação da política pública, ocorrida antes da pandemia da Covid-19. E, posteriormente, decorridos os primeiros três meses da pandemia, realizou-se uma análise ex-post por meio de questionário aplicado às participantes do evento para capturar a percepção sobre sua participação e experiências vivenciadas na política pública. Após a observação e análise dos resultados, identificou-se que as ações permitem agregar conhecimento às participantes e ampliar o empoderamento feminino, mesmo em meio às dificuldades de parcerias, recursos limitados, e dificuldades estruturais dos proponentes da ação.

Palavras-chave: empreendedorismo feminino; política pública; implementação empoderamento feminino.

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: lady.souza@ifro.edu.br.

² Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: isabelap93@outlook.com.

³ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: lucasalmeida94@rocketmail.com.

Abstract: Globalization has driven the insertion of women into entrepreneurial activities as a strategic means to distance themselves from situations of poverty. This study aims to understand aspects and processes of the implementation of the policy to encourage female entrepreneurship called "Entrepreneurial Women's Fair" and its perception by the target audience. The event aims to help women improve their small businesses, through training and other opportunities. The article dialogues with the importance of encouraging other women entrepreneurs through public policies and the need for these actions to be more holistic. To this end, non-participant observation of the implementation process of the public policy, which occurred before the Covid-19 pandemic, was carried out. Later, after the first three months of the pandemic, an ex-post analysis was conducted through a questionnaire applied to the participants of the event to capture the perception about their participation and experiences with the public policy. After the observation and analysis of the results, it was identified that the actions allowed to add knowledge to the participants and expand female empowerment, even amidst the difficulties of partnerships, limited resources, and structural difficulties of the proponents of the action.

Keywords: female entrepreneurship; public policy; implementation. female empowerment.

1. Introdução

A participação feminina como provedora do sustento de seus arranjos familiares é crescente (Cavenaghi & Alves, 2018). Aliado a isso, a globalização e suas constantes alterações no mundo econômico têm flexibilizado a entrada de mulheres em atividades empreendedoras. O Sebrae (2019) relata o aumento em 40% de empreendedoras no Brasil. No entanto, a maioria empreende por necessidade. E, essa característica implica em algumas barreiras, como: a jornada dupla ou tripla feminina vivenciada entre trabalho, família e formação educacional, pouco acesso a empréstimos e o fato de ganhar pouco. É marcante, assim, a predominância de donas de negócio de menor porte (Navarro et al., 2018; Silva et al., 2019).

Essas características são reforçadas por elementos da cultura patriarcal brasileira, que impede a boa articulação da mulher com seus negócios. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que há necessidade de maior envolvimento de diversos órgãos públicos na implementação de políticas (Natividade, 2009), atualmente depara-se com a descontinuidade e desativação das políticas públicas baseada em gênero (Gouveia, 2021).

Os estudos sobre empreendedorismo no Brasil são frequentes, e, por mais que seja possível encontrar pesquisas realizadas nos últimos 50 anos, a visibilidade científica sobre o assunto no âmbito das políticas públicas tende a ser lenta, porém progressiva (Freire et al., 2017; Natividade, 2009). Assim, frente a frequentes transformações no mercado para

o empreendedorismo, a necessidade de buscar estratégias para a sobrevivência é inevitável. E, por vezes, a ação política governamental é necessária para gerar condições de equidade que conduzam as pessoas situadas em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, na busca de autonomia financeira e sustento por meio do empreendedorismo.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser consideradas como ações que o Estado adota para assegurar que mudanças socioeconômicas como escolaridade, saúde e renda familiar, melhorem a qualidade de vida do indivíduo. As políticas públicas podem atuar como um auxílio para que a sociedade se adeque frente a tais crises sociais e demais incertezas (Souza, 2018). Desta forma, a análise de implementação e avaliação das políticas públicas, independentes de sua natureza, possibilitam a produção de conhecimento, a aplicação aprimorada de seus resultados e o aperfeiçoamento do sistema das políticas (Brasil, 2018).

Na perspectiva de incentivar a inserção do gênero feminino no setor econômico e em atividade com geração de renda, por meio de políticas públicas, o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PNTEM), procurou fomentar o empreendedorismo feminino. O programa atuou por meio do fomento do ensino, divulgação de negócios, potencialização de trabalhos, ocupações e oportunidades de empregos para as mulheres (Costa et al., 2012; Rigoni & Goldschmidt, 2015). Esta iniciativa originou-se na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, em 2007, porém foi descontinuada nacionalmente a partir de seu abandono pelas gestões governamentais posteriores. O PNTEM é um modelo de programa intersetorial, com resultados registrados que serve para analisar analogamente a política pública estudada neste trabalho.

Alinhado a isso, este estudo também considera como reforço político à igualdade de gênero pontuada nos Objetivos globais para o desenvolvimento sustentável – ODS. Dentre esses objetivos, podemos destacar como importante para este estudo o ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (Brasil, 2017; Roma, 2019).

Esta pesquisa parte da necessidade de verificar as resultantes de efetividade da ação política para o apoio e fomento do empreendedorismo feminino. Para este feito, se utilizou de um processo de pesquisa que inclui participação e observação durante o evento da Feira da mulher empreendedora e aplicação de questionário às mulheres participantes

da pesquisa. A feira é uma atividade anual coordenada pelo Departamento de políticas públicas para mulheres – DPPM, que pertence à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, setor no qual articulam-se as políticas de desenvolvimento e igualdade de gênero às mulheres (Porto Velho, 2019).

A Feira tende a ocorrer durante o mês de outubro, precedida por atividades de capacitações, troca de contato, acolhimento e atividades alusivas ao “Outubro Rosa”, mês da campanha de prevenção do câncer de mama. O escopo dessas ações é desenvolver mulheres empreendedoras em vulnerabilidade social, por meio de formação, informação e promoção de espaço para exposição de suas produções (Porto Velho, 2019). Diante disso, busca-se responder à questão principal: Como funciona e quais os resultados da política pública “Feira da Mulher Empreendedora” para o fomento do empreendedorismo feminino?

O objetivo deste trabalho é compreender aspectos e processos da implementação da política de incentivo ao empreendedorismo feminino denominada de “Feira da mulher empreendedora” e sua percepção pelo público-alvo. Para cumprir tal objetivo busca-se entender o processo de implementação da política, identificar como as ações ocorridas durante a realização da política podem auxiliar as empreendedoras e, por fim, pontuar questões para seu aprimoramento.

Os resultados da pesquisa pontuam as dinâmicas da implementação das atividades pela equipe gestora, por meio da visão processual da realização do evento. Contribui com propostas de aprimoramento, tópicos sobre o envolvimento das gestoras e desafios para captação de novos apoiadores na organização. Evidencia-se a percepção sobre restrições institucionais existentes na realização de ações de política pública voltadas para o empreendedorismo feminino, como a falha na articulação intersetorial que dificultam o alcance de maior efetividade. Considerando que a efetividade da política se relaciona com o alcance do objetivo pelo qual ela foi formulada, o que demandaria o seu conhecimento pelos implementadores (Lima e D’Ascenzi, 2017). E, para as mulheres participantes, a ação por meio da formação e evento, resulta em empoderamento no processo de empreender, articulação de rede de apoio e ampliação de contatos profissionais, aumento da divulgação dos negócios, entre outros processos de fortalecimento de sua experiência no empreendedorismo.

Os resultados desta pesquisa podem provocar uma maior valorização dos agentes envolvidos na política pública executada, por meio da divulgação da visão processual da

realização do evento. Também contribui com a possibilidade de aprimoramento, reconhecimento e talvez, captação de novos apoiadores. A estruturação deste trabalho se dá em quatro seções, que são a fundamentação teórica, os métodos, os resultados e discussão e as considerações finais em que se pretende contribuir com estudos futuros.

2. Empreendedorismo feminino no Brasil: desafios e empoderamento

A participação feminina no mundo empreendedor é permeada por desafios, frente a uma conjuntura social patriarcal que, apesar de latente, não impossibilita o crescimento da quantidade de mulheres empreendedoras. Os estudos sobre o empreendedorismo feminino no Brasil têm seu início associado a preocupações com as motivações, características e perfis das empreendedoras e dificuldades que elas enfrentam em suas empresas, levando em consideração o eixo econômico e seu gênero (Camargo et al., 2018; Gimenez et al., 2017).

Muitas mulheres empreendem com o objetivo de diversificar sua forma de captar renda para prover seus lares, frente a um progressivo aumento de famílias monoparentais. A mulher vive neste constante exercício de estabelecer lutas para quebrar barreiras do preconceito e conquistar direitos de igualdade de gênero (Santos & Oliveira, 2010; Souza et al. 2020; Teixeira & Bonfim, 2016). Aliado a isso, há um contexto de vida pessoal que envolve os desafios em conciliar o trabalho, o cuidado com o lar, a maternidade, a autoestima, o empoderamento, o autocuidado, entre outros (Machado et al., 2016).

Alguns fatores comportamentais, como paciência, intuição e sensibilidade são considerados atributos femininos que podem favorecer a qualidade da atuação feminina em atividades empreendedoras (Franco, 2014). Entretanto, é necessário o cuidado com os processos que fixam a mulher em um estereótipo sobre ‘o que é considerado feminino’. Neste sentido, muitas mulheres empreendem em negócios ditos “femininos” como os de ramos alimentícios e estéticos (Santos & Haubrich, 2018). Esse pensamento permite refletir que tais estereótipos podem reforçar a desigualdade de gênero no mundo do negócio.

Portanto, o lugar e os arranjos de vida da mulher que empreende parecem ser construções firmadas sobre um conjunto de ideário social que tende a fixar a identidade feminina numa trama sustentada por precariedades e limitações sociais. Assim, as motivações mais proeminentes para mulher em situação de vulnerabilidade socioeconômica empreender, é o sustento financeiro da família (Machado et al., 2016).

Dessa forma, a prática do empreendedorismo pode ser considerada uma atividade emancipadora da mulher na sociedade.

Segundo Natividade (2009) o vínculo de uma mulher no mundo empreendedor, nem sempre é formalizado, nem sempre elas têm orientações sobre como gerir seu negócio, fazendo assim com que a possibilidade de empoderamento seja minimizada. O empoderamento, como definição, refere-se a ideia de encorajamento e a de potencialização do comprometimento (Cisneros, 2015).

Desta forma, considera-se que a participação feminina no mercado reflete a busca por equiparação nas rendas entre o gênero masculino e o feminino, e o fortalecimento da independência feminina. Este último, influencia diretamente no empoderamento psicológico da mulher empreendedora e daquelas que pretendem iniciar um negócio (Fernandes et al., 2016). Nesse sentido, o empoderamento pode ser conduzido e induzido pelo poder público por meio das ações de políticas públicas.

3. Políticas públicas de gênero e sustentabilidade no fomento do empreendedorismo feminino

Este artigo é desenvolvido no contexto da implementação da política pública, a qual se relaciona a etapa da execução das decisões. Essa vertente parte da ideia de que as políticas públicas podem ser estrategicamente analisadas considerando o ciclo composto pelas etapas da agenda, formulação, implementação e avaliação (Lotta, 2019). O estudo da implementação das políticas públicas geralmente foca na relação entre o que foi planejado e o que foi realizado na política estudada, além de pontuar a performance de atuação dos executores e seu impacto na transformação da política (Lima e D'Ascenzi, 2013, 2017; Lotta, 2019).

Nesse sentido, neste estudo, articula-se o modelo de análise de política baseado na interação, que se centra no contexto e elementos envolvidos na implementação da política como: os recursos materiais, organizacionais e os recursos humanos, na figura dos executores da política, considerando suas atitudes e os processos afetivos vivenciados (Lima e D'Ascenzi, 2017). Esse processo de interação é demarcado pelo espaço de implementação no qual se relacionam os elementos normativos e estruturais da política, as dinâmicas e características do local onde a política é executada, além da subjetividade dos atores envolvidos na operacionalização das políticas como os executores, parceiros, cliente e outros (Lima e D'Ascenzi, 2013, 2017).

Nesse contexto, as políticas públicas se perfazem em um conjunto de decisões ou ações governamentais elaboradas para resolver problemas de interesse coletivo, público, de forma geral ou específica, sendo elas passíveis de análises de seu processo e resultado (Agum et al., 2015; Souza, 2018). Tais ações produzem efeitos específicos e podem ser caracterizadas pelo fazer ou o não fazer do governo. Farah (2018) indica que a produção no campo de políticas no Brasil é caracterizada por múltiplos atores governamentais e não-governamentais, podendo contar com a participação ativa da sociedade. A autora ainda afirma que a produção científica para análise de políticas públicas envolve diversas áreas e temas transversais como, por exemplo, o gênero e o trabalho. De forma geral, as políticas governamentais, o apoio financeiro, a educação e capacitação, as características da força de trabalho e as normas culturais e sociais podem limitar as atividades de empreendedorismo (Silva et al., 2018). Contudo, caso estes elementos sociais sejam favoráveis, podem influenciar positivamente para a formação de novos empreendimentos (Hisrich & Peters, 2004).

Nesse sentido, a realização de políticas públicas que fomentam o empreendedorismo pode acarretar na promoção cultural local e incentivar a educação empreendedora (Sarfati, 2013). Sendo assim, há a necessidade de incentivo político para a realização de tais políticas. Daí a importância de pesquisas acadêmicas, como esta, que auxilia na identificação de características positivas ou precárias na realização de algumas políticas (Borges et al., 2013; Gomes et al., 2013).

A política pública para mulheres pode ser classificada como reprodutiva, produtiva, inclusiva e reativa. As reativas visam solucionar problemas gerados por demandas sociais apresentadas por mulheres, como as voltadas para o fomento de atividades de empreendedorismo. As ações reativas do Estado configuram-se em ajustes incrementais que podem reforçar políticas existentes, visando sanar necessidades e interesses específicos das mulheres (Mello & Marques, 2019).

As políticas públicas de gênero foram fortalecidas no Brasil com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres, em 2003, e atualmente está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A SPM tem papel fundamental na promoção da equidade entre gêneros no país, por meio da valorização e inclusão da mulher no processo social, econômico, político e cultural de desenvolvimento no país (Rigoni & Goldschmidt, 2015). A SPM atua em três vertentes: enfrentamento à violência contra as mulheres; programas e ações na área da saúde, educação, cultura, participação

política, igualdade de gênero e diversidade; e, políticas do trabalho e da autonomia econômica das mulheres, sendo esta última, o foco desta pesquisa.

Como ações da SPM pode-se destacar a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM I e II, construídos com base em documentos internacionais como Convenções nºs 100 e 101 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Comitê CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Rigoni & Goldschmidt, 2015). Entretanto, atualmente as políticas federais para a mulher, de modo geral, parecem ter sido relegadas do espaço de importância institucional nas políticas de governo. Reverbera assim, no agravamento da invisibilidade das políticas de gênero na estrutura governamental, e fortalecimento da estrutura patriarcal do Estado brasileiro (Gouveia, 2021).

Assim, esse artigo investe esforços no resgate de políticas de gênero implementadas que renderam bons resultados, como o PNTEM. O Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PNTEM fundamentou-se principalmente no II PNPM com foco na ampliação da autonomia econômica e financeira da mulher por meio de apoio ao empreendedorismo, associativismo, acesso a créditos e microcréditos entre outros (Costa et al., 2012). O programa foi implementado no Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará de forma sistemática, e com o envolvimento de parceiros locais (Carvalho, 2017; Rigoni & Goldschmidt, 2015).

O PNTEM resultou principalmente no aumento da autoestima das mulheres participantes. Assim, o empreendedorismo pode ser entendido como atividade que estabelece meios para a autonomia feminina, a criação de redes de negócios que contribuem na articulação das mulheres para acessar o microcrédito, o aprimoramento dos negócios e aumento de renda. Essa iniciativa governamental, demonstra como o apoio à formação ao empreendedorismo feminino agrega uma variedade de conhecimentos que contribuem para o empoderamento da mulher (Costa et al., 2012).

A preocupação em implementar políticas públicas que ampliam a autonomia financeira da mulher também está expressa nos documentos internacionais discutidos e elaborados dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Conforme o Relatório de Brundtland (1987) (Elkington, 2004) o Desenvolvimento sustentável é aquele

“[...] que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo

tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (p.5).”

O equilíbrio entre os elementos econômico, social e ambiental é a base fundamental do movimento sustentável, que no passar dos anos, teve outros elementos estratégicos agregados resultando nos ODS. Nesse sentido, o governo brasileiro em 2016 ratificou a adoção dos Objetivos globais para o desenvolvimento sustentável – ODS por meio da instituição de Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pelo Decreto nº 8.892/16, tendo sido revogado pelo Governo vigente em 2019 (Machado, 2021).

Na ausência de órgão responsável pelo acompanhamento das ações sustentáveis, as operacionalizações das políticas locais refletem algumas das normativas construídas com base nas necessidades globais. Dentre esses objetivos globais para a sustentabilidade, esta pesquisa destaca o “ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (Brasil, 2017; Roma, 2019). Assim, entende-se que o alcance do desenvolvimento sustentável no Brasil depende da inclusão da mulher à sua autonomia financeira e aos espaços de poder (Brasil, 2017). Nesse contexto, este artigo analisa a ação política em torno da Feira da mulher empreendedora que visa fortalecer e ampliar a autonomia econômica da mulher no âmbito do empreendedorismo, por meio de oficinas, capacitações e palestras de “empoderamento” de gênero e do empreendedorismo.

4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada junto ao Departamento de políticas públicas para mulheres– DPPM, que coordena as políticas para mulheres. O DPPM pertence à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, que trata de políticas que estimulam o desenvolvimento e igualdade de gênero às mulheres (Porto Velho, 2019).

Uma das principais atividades do departamento é a Feira da mulher empreendedora, um evento que ocorre anualmente. A Feira é o resultado de um conjunto de outras atividades que, inicialmente, ocorrem durante o mês de outubro, como capacitações, troca de contato, acolhimento e atividades alusivas ao “Outubro Rosa”, mês da campanha de prevenção do câncer de mama. O foco do conjunto de ações é atender mulheres empreendedoras em vulnerabilidade social, por meio de formação, informação e promoção de espaço para exposição de suas produções (Porto Velho, 2019).

A pesquisa é qualitativa básica, cujo foco preocupa-se com aspectos da realidade da ação pesquisada que não podem ser quantificados (Merriam, 2009). Dessa forma,

preocupa-se em explicar as dinâmicas nas relações sociais constituídas na implementação da ação política para as mulheres empreendedoras. Sua natureza é descritiva e exploratória em que, observa, registra, analisa e confronta fatos ou fenômenos sem alterá-los (Creswell, 2007).

A seleção das participantes da pesquisa ocorreu por conveniência, sendo elas as mulheres organizadoras do evento e as trinta e cinco mulheres empreendedoras atendidas pela ação política desde as atividades de formação até a feira. A quantidade de mulheres empreendedoras que participaram de todo o processo de acolhimento, palestra e cursos de formação, difere do quantitativo de mulheres empreendedoras que participaram no dia da Feira da mulher empreendedora: do processo formativo e feira participaram trinta e cinco mulheres empreendedoras (que são público-alvo desta pesquisa), enquanto na feira havia um total de cento e cinquenta expositoras.

As participantes assinaram autorização e termo de consentimento livre e esclarecido. Assim, seus nomes são ocultados a fim de manter a confidencialidade ética, e com a finalidade de manter o foco no processo e significados surgidos durante a realização da política pública de fortalecimento do empreendedorismo feminino.

A abordagem dos pesquisadores junto a equipe organizadora, se deu por meio de reuniões marcadas para definir o acompanhamento para observação e por meio da participação em ações promovidas durante as semanas que antecederam a realização da feira, como palestras, cursos e capacitações (Porto Velho, 2019).

A abordagem junto às mulheres empreendedoras, se deu em dois momentos temporais diferentes: o primeiro no momento pré-pandemia da Covid-19, durante as ações de formação e da feira por meio de conversa informal, e da observação simples não participante, em que os pesquisadores não se integram a comunidade a ser estudada (Stake, 2011). E, no segundo momento, já nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, aplicou-se um questionário *on-line*. Nesta segunda etapa, do total de trinta e cinco mulheres, somente vinte e duas responderam o questionário.

No primeiro momento utilizou-se a técnica de coleta da observação, sendo este o estudo naturalista em que o pesquisador frequenta o local em que os fenômenos estudados ocorrem naturalmente (Gil, 2017). A observação realizada neste estudo foi não estruturada, de forma livre, em que a equipe pesquisadora fez anotações em bloco, registros fotográficos e gravação em vídeo. Tais materiais estão arquivados para consultas que forem necessários.

A observação e a análise do material coletado foram orientadas para responder os objetivos do artigo. Assim, a observação possibilita a verificação do processo das ações das políticas implementadas na Feira da mulher empreendedora. Nesse processo, também foram utilizadas as informações abstraídas da memória dos pesquisadores, consolidadas por meio de reuniões e compartilhamento dos conhecimentos entre os autores, por meio da triangulação de pesquisadores (Yin, 2016).

A operacionalização da pesquisa se deu por meio de visitas e reuniões agendadas com as organizadoras da política, momento em que foi firmado a participação dos pesquisadores nas ações. Durante o processo de observação os pesquisadores tiveram foco na operacionalização das ações, bem como: o processo de cadastro das mulheres empreendedoras que participam das ações e do evento, a forma como ocorre as comunicações sobre o evento, a organização e a participação no curso de capacitação, as alianças de parcerias, a relação entre as organizadoras e as mulheres. Nestes momentos, interagiu-se com as mulheres participantes. Posteriormente, a abordagem se deu de forma *on-line* considerando o contexto da Pandemia.

No segundo momento utilizou-se como ferramenta de coleta de dados o questionário *on-line* com perguntas abertas com o objetivo de capturar a percepção das mulheres participantes sobre a efetividade da ação política para a prática empreendedora. As questões abertas possibilitam que os participantes da pesquisa elaborem comentários, explicações e esclarecimentos que expressam significado (Carmo, 2013). Portanto, esta aplicação teve como foco a percepção das mulheres participantes sobre como a sua participação no evento auxiliou seu negócio. Os procedimentos de coleta de dados foram fundamentais em campo, pois permitiram responder ao objetivo de entender a dinâmica de operacionalização da política dentro da perspectiva de pesquisa *ex-post-facto* (Brasil, 2018).

Assim, a aplicação do questionário, tornou possível a identificação de uma visão das mulheres empreendedoras quanto a sua participação no processo de formação e na Feira da mulher empreendedora. A realização do questionário foi por meio da ferramenta de formulário *Google Forms* e de *link* enviados por *WhatsApp*. Compreende-se que a expressão da visão das mulheres pode ter sido limitada pela pouca profundidade que o mecanismo de coleta tecnológico permite. Assim, a percepção expressada por elas pode sofrer influências da dificuldade no uso das tecnologias, pela dificuldade na interpretação

das questões, pelo tempo disponível para responder, entre outras questões aleatórias do momento. A partir desse processo, segue-se para os resultados e discussões deste estudo.

5. Resultados e discussões

Este tópico encontra-se dividido entre a discussão sobre o processo de realização da política pública, e a percepção das mulheres sobre sua participação na formação e a Feira, conforme explanado a seguir.

5.1. Processo de realização da política pública de fortalecimento ao empreendedorismo feminino

O primeiro passo para realização das ações dessa política pública ocorreu por meio das inscrições das mulheres nas atividades da política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino. As mulheres inscritas chegaram até o evento de diferentes formas: por cadastro pré-existente no departamento, pois já participaram de ações anteriores; por indicação de mulheres que já conheciam a feira; ou por divulgação da feira no site da Prefeitura.

O primeiro evento que sucedeu as inscrições, foi o curso de capacitação ofertado por um dos parceiros, o Sebrae. Foram três dias distribuídos em três semanas de curso. Os cursos eram oferecidos como forma de auxiliar as empreendedoras a entenderem seu público-alvo, saberem monetizar seu negócio, aprenderem como comunicar-se, e outros elementos que envolvem a fase inicial de um negócio. Nos dias de curso, foram oferecidos materiais como apostilas, blocos de anotações, canetas e utensílios para que as mulheres pudessem registrar as informações disponibilizadas pelo curso. O ambiente pareceu gerar condições para as empreendedoras vivenciarem e exercitarem situações similares às atuações do mundo do negócio. Assim ocorreram muitas interações durante os dias de curso. Essa dinâmica deu elementos para que pudessem refletir sobre o escopo do seu negócio e possibilidades de ajustes.

Esses momentos de interação e vivência coletiva podem promover modelos mentais diferentes para que as mulheres possam aprimorar uma atuação empreendedora (Fernandes et al., 2016; Hisrich & Peters, 2004). Nota-se aqui, que a relevância do ensino sobre empreendedorismo é pautada dentro da formulação e desenho da política pública. Condiz ainda com a valorização da introdução de ensino e o fortalecimento de redes de apoio que auxiliam a mulher no ato de empreender (Costa et al., 2012).

Durante o curso, foram oferecidas palestras com informações sobre empreendedorismo feminino, especificamente uma ação que é parte do projeto

Delas/Sebrae, que desenvolve empreendedoras com o intuito de aumentar a probabilidade de sucesso de ideias ou negócios liderados por mulheres. O projeto busca dar ferramentas para melhorar a gestão dos negócios empreendidos por mulheres (Sebrae, 2019).

A explanação abordou sobre dados do empreendedorismo feminino, suas problemáticas e desafios frente à questão de gênero. Esclareceu-se que líderes ou gestoras mulheres têm maior probabilidade de sucesso por se dedicarem mais aos seus negócios, na maior parte, por estar diretamente relacionado ao sustento da família (Machado et al., 2016). Mas, contrapôs também, que muitos empreendimentos nem começam, pois existem mulheres que não têm condições de dedicar-se exclusivamente a um negócio que está iniciando. As palestras tiveram como destaque, assuntos que permeiam o empreendimento e igualdade de gênero. De modo que, a percepção a respeito dos condicionamentos estereotipados que a estrutura social por vezes determinada à mulher, pode contribuir no fortalecimento e no empoderamento delas como empreendedoras (Cisneros, 2015; Fernandes et al., 2016; Santos & Haubrich, 2018).

No fim da palestra, houve o fornecimento de consultoria para as interessadas em registrar seu empreendimento como microempreendedora individual e muitas das mulheres tiveram interesse. Natividade (2009), afirma que nem todas as mulheres que empreendem têm seus negócios formalizados. É possível afirmar então, que apesar de terem um empreendimento que, pode ou não ser o sustento de sua família, estas mulheres apresentam outros fatores de vulnerabilidade relacionados à falta de segurança de seu negócio, de benefícios como a aposentadoria ou de acesso ao microcrédito ao se manter na informalidade. As formalizações dos empreendimentos de mulheres, remete ainda a ideia de equiparação de rendas e independência feminina quanto ao gênero masculino, que também é atrelado ao empoderamento (Fernandes et al., 2016; Santos & Haubrich, 2018).

Em conversa não estruturada com algumas mulheres, ficaram nítidas algumas dificuldades enfrentadas por essas servidoras para implementar a política pública. As dificuldades permeiam a falta de mais parceiros que apoiem de forma financeira e que poderia viabilizar melhores condições na realização da Feira; a escassez de servidores que auxiliam no processo de execução da política; e, a demora institucional nas autorizações para realização das ações da política pública. As mulheres organizadoras demonstraram ter conhecimento dos objetivos locais traçados para a implementação da

política pública, no entanto, afirmaram desconhecer as origens dessas políticas no âmbito nacional, vinculado ao SPM e as políticas anteriores como o PNTEM.

O empenho das organizadoras pareceu ser uma necessidade ancorada em sua motivação em manter a realização da ação. Por vezes, conforme relatos de gestores públicos em outras pesquisas, estes atuam em situações adversas movidos por sua motivação profissional/pessoal para alcançar os objetivos provenientes de sua atuação (Mello et al., 2020). Esse contexto é demarcado pela atuação discricionária das implementadoras da política, na qual tomam as decisões na alocação de recursos escassos e/ou insuficientes, num ambiente de incerteza, que também se origina da ambiguidade e pouca clareza dos objetivos da política (Lima e D'Ascenzi, 2017).

De acordo com Borges et al. (2013) ainda há muitas precariedades em serviços e políticas que permeiam a área de empreendedorismo, fazendo com que empreendedoras não vejam melhorias a curto ou longo prazo. Já, nesta pesquisa, percebeu-se que esta precariedade não está totalmente relacionada a aspectos culturais e regionais, pois há interesse tanto das organizadoras quanto das mulheres empreendedoras em participar. A questão mais latente parece estar relacionada às relações intersetoriais e interinstitucionais quanto ao alinhamento de objetivos e recursos para realização da política pública.

Silva et al. (2018) afirma que as vertentes como normas culturais e sociais que permeiam uma ação política podem limitar as atividades empreendedoras locais, no entanto contextos sociais de crise podem influenciar positivamente na formação de novos empreendedores independente das estruturas socioculturais (Hisrich & Peters, 2004). Entretanto o descompasso institucional no desempenho coordenado das ações considerando a mobilização de recursos humanos, financeiros e outros, podem apontar para dinâmicas que geram dificuldades e desajustes operacionais das ações bem como, dos gestores que organizam a implementação das políticas (Mello et al., 2020; Souza, 2018).

No dia anterior à Feira, foi realizado um café da manhã de acolhimento e ajuste de informações entre a equipe organizadora e as mulheres empreendedoras que participaram do processo de formação. Durante o café da manhã, as falas foram mais intimistas, e mais direcionadas a construção da motivação e empoderamento das empreendedoras participantes, enfocando suas trajetórias de vida. O momento teve o

intuito de privilegiar a integração entre a equipe organizadora, mulheres empreendedoras que participaram pela primeira vez e as mulheres assíduas aos eventos.

No momento de repasse das informações sobre como ocorreria a feira, as organizadoras lamentaram pois, não haveria barraca para todas empreendedoras, sendo que teriam de realizar um compartilhamento de espaço. Neste momento, percebe-se as resultantes de falhas e desalinhamentos na articulação intersetorial e/ou interinstitucional relativas as atividades de organização dos recursos materiais para a realização da atividade. Essa informação criou um pequeno tumulto que logo se desfez, com a abertura da mesa de café. Após o processo de esclarecimento de realização da feira, iniciaram a oficina de crochê em objetos recicláveis com foco em agregar mais conhecimento para as artesãs participantes.

De modo geral, os direcionamentos das ações tiveram a proposta de desenvolver atitudes e falas de encorajamento, visando despertar nas mulheres participantes a percepção de importância de se motivarem com suas trajetórias de vida e, se sentirem capazes de alcançar seus objetivos por meio das atividades que desenvolvem como empreendedoras. Experiências como estas podem reproduzir a compreensão de que políticas públicas que fomentam a autonomia econômica e financeira das mulheres auxiliam no aumento da autoestima, e oferecem ferramentas para que elas se desenvolvam profissionalmente (Costa et al., 2012). Numa análise mais ampla, estas ações podem oferecer condições de empoderamento financeiro, pessoal, profissional e relacional que contribui para alcançar a igualdade de gênero por meio da autonomia das mulheres, assim como preconiza o objetivo 5 para o desenvolvimento sustentável (Roma, 2019).

E, finalmente, a Feira da mulher empreendedora, aconteceu durante um dia inteiro num espaço público localizado no centro da cidade. Teve a participação de expositoras de todos os tipos de ramos de negócio, como artesanato, vestuário, alimentício, estética e outros (Porto Velho, 2019). Seu início ocorreu com um momento oficial com falas de representantes do município, falas das mulheres organizadoras do evento, bem como, falas de representantes de outras instituições públicas que atuam em outras políticas de atendimento à mulher. Logo após houve apresentação de dança e atividades de incentivo à prática de atividades físicas. Concomitante a isso, a exposição dos negócios das mulheres estava organizada por meio de barracas compartilhadas com artesanato, produtos alimentícios, produtos de beleza, entre outros ramos de atuação.

A realização de ações políticas que estimulam a cultura e educação para o fomento do empreendedorismo pode estimular com que mulheres se desenvolvam na vida em sociedade com maior potencial para alcançar a autonomia profissional e pessoal, com possibilidade de se desvincular do ciclo de impedimentos estruturais na sociedade (Fernandes et al., 2016). E nesse sentido de agregar, durante a realização da feira houve acolhimento, cadastro e divulgação dos negócios de mulheres que não participaram da etapa de formação. O local não tinha superlotação e a maioria dos clientes eram conhecidos das participantes ou estavam pela redondeza. O evento em si não teve nenhum problema aparente na sua realização, pois aconteceu no horário marcado e dentro das ações coordenadas pela equipe organizadora.

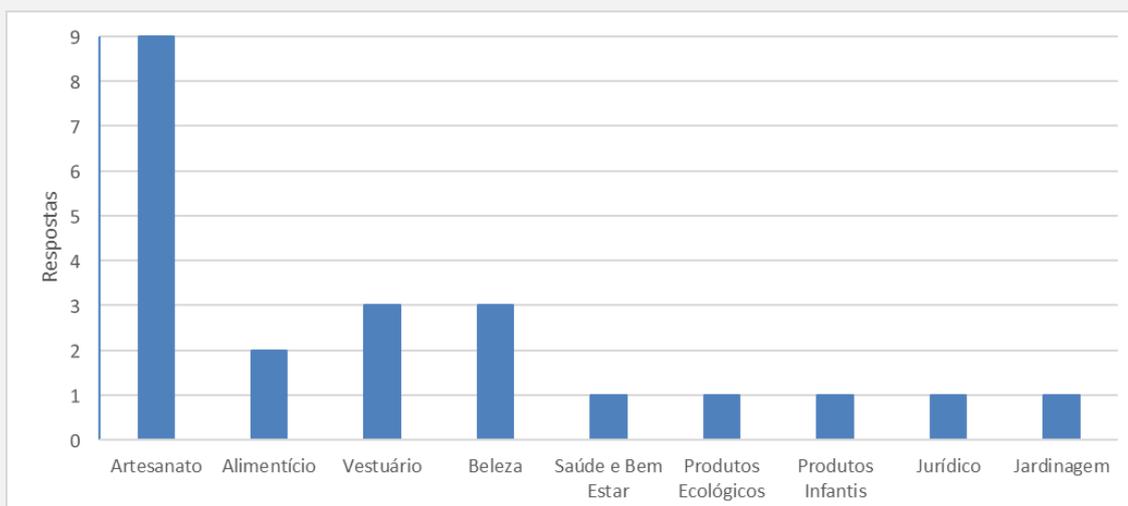
Além de promover um espaço para divulgação e interação entre as mulheres empreendedoras, a Feira também é um espaço no qual a equipe organizadora pode realizar contato com potenciais parcerias para as próximas ações da política pública de fomento ao empreendedorismo. Assim identificou-se novos contatos de parceiros com foco em programas de promoção à inovação, incubação de negócios femininos e novas oportunidades de crédito para a mulher empreendedora.

5.2. Percepção da mulher empreendedora sobre contribuições da política pública para seu negócio

Após a realização da Feira da mulher empreendedora, os pesquisadores tiveram dificuldades de contato com a equipe organizadora da ação por causa de algumas mudanças de endereço e novas adequações. E, além disto, o mundo entrou no momento pandêmico gerado pelo alto contágio da Covid-19. Contudo, os pesquisadores decidiram realizar a aplicação de um questionário de forma *online*, visando privilegiar as medidas de distanciamento social. Das vinte e duas mulheres respondentes, um total de 40,9% trabalha no ramo de artesanato, sendo assim, é o grupo mais representado nas respostas (Gráfico 1).

As mulheres que responderam ao questionário atuavam nos seguintes ramos.

Gráfico 01: Ramo de negócio.



Os dados do gráfico confirmam outros estudos que informam que a maioria dos empreendimentos femininos têm ênfase em atividades como vestuário, serviços e alimentação. Assim reafirma o estereótipo sobre atividades consideradas femininas, que podem limitar e direcionar as escolhas de atuação profissional da mulher na sociedade (Camargo et al., 2018; Gimenez et al., 2017; Natividade, 2009; Santos & Haubrich, 2018).

Ao serem questionadas sobre o que a Feira da Mulher Empreendedora agregou de positivo em seus negócios, a maioria citou a divulgação de seu empreendimento e a captação de novos clientes. As respostas com a mesma ideia foram, por exemplo, desta forma:

Participante A: “ganhei novas clientes”.

Participante B: “na divulgação de trabalho”.

Participante C: “na divulgação de meu trabalho e conquista de novos clientes”.

As respostas das participantes indicam que um dos objetivos da feira, que é a divulgação do trabalho das mulheres empreendedoras, consegue ser alcançado, demonstrando assim, um aspecto de eficiência da política. Assim pode-se verificar que a política com vertentes para o empreendedorismo pode promover mais pontos positivos como promoção de cultura e educação empreendedora, por meio de cursos e outras atividades formativas (Costa et al., 2012; Natividade, 2009; Sarfati, 2013).

No questionamento sobre como a política poderia melhorar, as respostas encontradas foram:

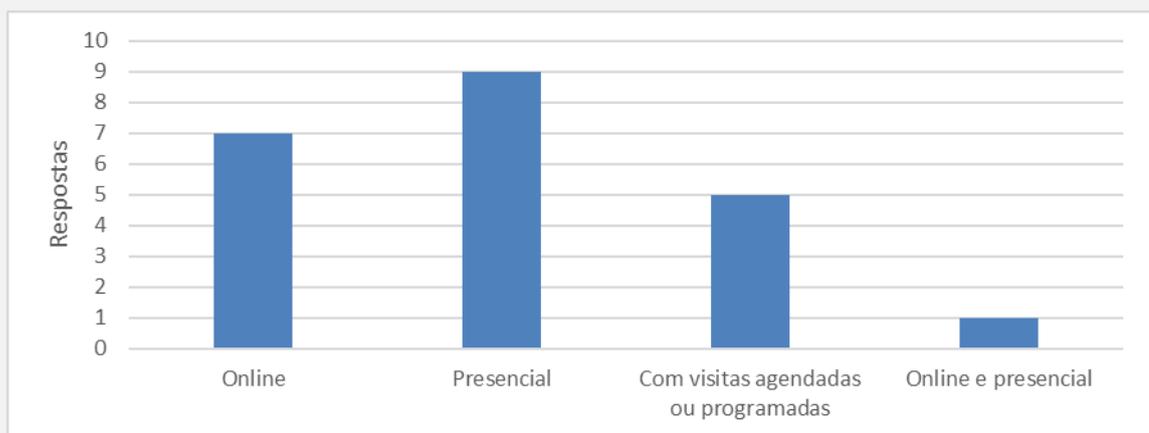
Gráfico 02: Melhorias na implementação da política pública.



Pode-se perceber que, mesmo que haja respostas positivas quanto à divulgação de seus negócios, as mulheres ainda veem a necessidade de melhoria na forma de divulgação da Feira. As mesmas afirmam que o evento ainda deixa a desejar quanto a divulgação de sua realização para aquelas que são o público-alvo da política pública e para as pessoas que seriam potenciais clientes no evento final, a feira. Assim, consideraram que a Feira tem pouca visibilidade social.

Diante do contexto da pandemia da Covid-19 questionou-se se estavam conseguindo atuar com seus empreendimentos e todas responderam que sim. Deste modo, explanaram as estratégias de atuação utilizadas conforme o Gráfico 3.

Gráfico 03: Estratégia de trabalho durante a pandemia.

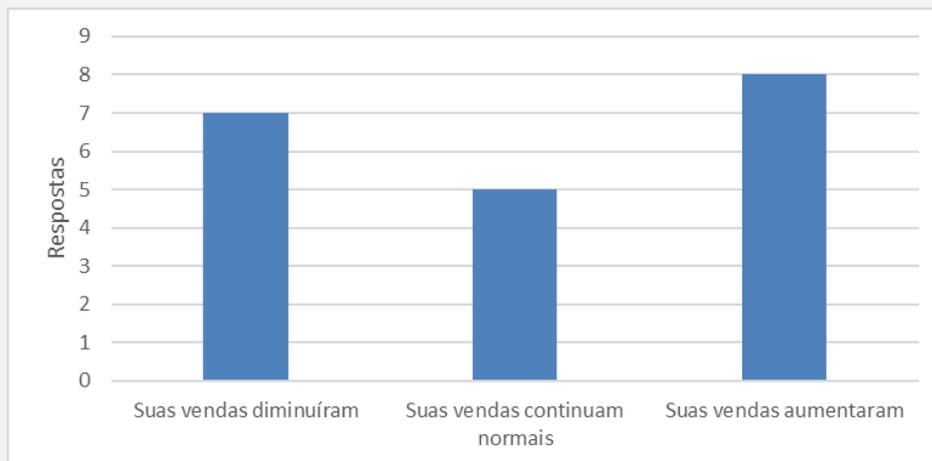


Percebe-se que mesmo em momentos de crise social, sanitária e econômica, no qual todos são orientados a manter o distanciamento social, as empreendedoras necessitam se manter em atividade com seu empreendimento, e se adaptar às novas medidas de proteção. A versatilidade e a necessidade de manter o sustento revela um dos

aspectos característicos do empreendedorismo: o acionamento dos sentidos referentes à improvisação (Santos & Haubrich, 2018). O grupo de mulheres pesquisadas que trabalha presencialmente e utiliza a estratégia de visitas agendadas, somam a metade do total das mulheres pesquisadas.

Considerando a necessidade de adaptação em suas rotinas de venda no momento pandêmico, questionou-se como estavam os níveis de venda.

Gráfico 04: Níveis de venda.



É possível analisar que mesmo com todas as dificuldades de adaptação, e a mudança social causada pela pandemia, as participantes conseguiram se adaptar em tal situação e manter seu negócio. Além do desenvolvimento de muitas características essenciais para o meio empresarial, e a necessidade de soluções e saídas criativas para lidarem com problemas existentes em ambientes de crise (Camargo et al., 2018; Machado et al., 2016; Santos & Haubrich, 2018). Também é relevante imaginar que as várias qualidades da atuação da mulher em atividades empreendedoras, podem ter se aliado à sua necessidade e motivação para o aprimoramento das novas medidas à suas atividades (Santos & Haubrich, 2018).

Por fim, as mulheres responderam se o que aprenderam nas atividades como cursos e/ou palestras ofertadas na ação de empreendedorismo feminino, estaria auxiliando nos negócios. A maioria das participantes afirma ter recebido conhecimentos que ajudaram na atuação empreendedora sendo que apenas seis respondentes consideram que não conseguem utilizar estes conhecimentos em seu negócio.

Assim, percebe-se que há uma indicação positiva sobre a utilização dos conhecimentos recebidos durante a realização das ações da Feira da mulher empreendedora. No entanto, as respostas contrárias permitem refletir se o conhecimento ofertado durante toda a realização da política de fomento ao empreendedorismo estaria

alinhado com a necessidade real de algumas mulheres empreendedoras. E se não, esse trabalho deixa um questionamento para pesquisas futuras: quais seriam as necessidades de formação que poderiam subsidiar melhorias nos negócios pertencentes a mulheres situadas em condições de vulnerabilidade social e econômica?

Ao mesmo tempo, pode-se analisar que, apesar da necessidade de melhorias na política pública, as respostas foram significativamente positivas quanto à participação no evento e ao bom uso das informações passadas durante a política de fomento ao empreendimento feminino. Assim, é notável que mesmo quando a política pública necessita de melhorias, a percepção positiva quanto a ação e seus resultados não podem ser desconsiderados.

6. Considerações finais

O objetivo principal desta pesquisa é compreender os aspectos da política de incentivo ao empreendedorismo feminino e sua percepção pelo público-alvo, tendo ainda como objetivos específicos entender o processo de implementação da política, identificar como as ações ocorridas durante a realização da política podem auxiliar as empreendedoras e pontuar questões para seu aprimoramento. No decorrer da pesquisa, pôde-se perceber que o problema verificado pelas participantes da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino se pauta na dificuldade de divulgação das ações desta política à potenciais parceiros e à comunidade em geral. Entretanto, percebe-se que anterior a esse problema aparente, há uma desconexão de alinhamentos intersetoriais e interinstitucionais que contribui para gerar obstáculos na captação de recursos institucionais, recursos externos e novos parceiros.

A organização e operacionalização da ação política, mesmo com problemáticas estruturais e institucionais, interage com a comunidade de forma agregadora e flexível. A ação política acontece com o apoio de mulheres empreendedoras que já participaram em ações anteriores do departamento, e isso permite a inclusão de novas participantes que podem se inscrever em qualquer momento do evento. Esse acolhimento cria a oportunidade de ampliar o quantitativo de participantes, bem como, aumenta a possibilidade de impacto da ação.

Tal impacto de alguma forma, revela-se nas respostas das mulheres empreendedoras pesquisadas, após sua participação no evento. Dessa forma, é possível perceber que o conhecimento fornecido no processo de formação e na Feira, contribui em aspectos relevantes na atuação da empreendedora, por exemplo, quanto ao planejamento

de produção e vendas e outras atividades mais latentes na rotina das mulheres e de seus negócios.

Durante a pesquisa foi possível perceber que o estímulo ao empoderamento das mulheres empreendedoras pode influenciar no aumento da autoestima da mulher, na ampliação de sua rede de conexões e relações sociais (Costa et al., 2012). Muitas delas, durante um momento da formação, manifestaram se sentirem 'mais vivas', 'mais motivadas' e até 'mais bonitas'. Destaca-se aqui que o processo de desenvolvimento da igualdade de gênero e promoção da autonomia de mulheres, não pode ser considerado somente um processo de ajuste de elementos sociais externos, mas também um processo de transformação interna, cujo empoderamento emana na mulher por meio da sua visão sobre si mesma na sociedade. Nota-se aí, o valor agregado por trás deste movimento político: o aumento da autoestima, o empoderamento interno, a representatividade ativada na relação com outras mulheres, entre outros elementos não identificados no processo de observação.

Destaca-se como resultante da pesquisa a identificação das dificuldades e as situações precárias no desenvolvimento destas ações, relacionadas ao pouco recursos humanos, materiais e pouco apoio político e institucional. Sendo necessários novos parceiros e estratégias para executar de maneira mais eficiente todos os processos de realização da feira: cursos, divulgação, logística de organização e melhoria da estrutura da Feira. Evidencia-se, essencialmente, a dificuldade no alinhamento institucional sobre o planejamento, a realização das reuniões e o processo de tomada de decisão.

Essa pesquisa contribui como implicação prática com a recomendação de que os gestores que realizam políticas de fortalecimento ao empreendedorismo feminino, promovam maior visibilidade dessas práticas políticas, para privilegiar maior abrangência social da ação. Verifica-se que há necessidade de rever os processos de articulação com setores hierárquicos, no sentido de traçar as estratégias de planejamento, participação e coordenação da ação com a participação dos gestores do alto escalão, ou seja, daqueles que podem auxiliar no ato da tomada de decisão. Nesse aspecto, trata-se de criar condições que permitam sanar os problemas elementares como as possíveis falhas na comunicação, pouco apoio financeiro e falhas na infraestrutura do evento, para gerar uma maior efetividade da política.

Novas pesquisas podem ser realizadas no sentido de conhecer profundamente as necessidades de formação de mulheres empreendedoras situadas em condições de

vulnerabilidade socioeconômica. De outro modo, ainda seriam necessárias pesquisas que investigassem processos estruturais que demarcam a disfunção das articulações, planejamentos e implementações da política pública, para então verificar estratégias para mitigar os gargalos na operacionalização em políticas semelhantes.

A formação de novas empreendedoras é um dos elementos que fazem parte de um desenvolvimento econômico de um local ou região, sendo um chamariz para o aumento de criação de empreendimentos inovadores e bem como, formador de um capital social com um conhecimento de alto nível. O ensino do empreendedorismo e os investimentos em políticas que fomentem a criação e manutenção de novos negócios pode gerar uma transformação econômica e social das regiões, especialmente quando tratamos de negócios pertencentes à mulher. Assim, ao saber que as mulheres empreendedoras tendem a investir seus ganhos em atividades educacionais e sustento de sua família, tais ações estariam fortalecendo o desenvolvimento social (Machado et al., 2016).

A partir disso, identifica-se a necessidade de ampliar o diálogo entre as políticas de empreendedorismo voltadas ao gênero feminino, a fim de criar condições econômicas e sociais de igualdade de gênero. Assim a consonância entre de políticas voltadas ao empreendimento e políticas que promovem a autonomia da mulher, contribuem para ampliação da atuação feminina em lugares de poder e para a igualdade de gênero na estrutura social.

Referências

Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Agenda Política*, 3(2), 12–42. <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>

Borges, C., Ferreira, V. da R. S., Najberg, E., & Costa, C. S. (2013). Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo: Análise de sua Presença (ou Ausência) em duas Regiões Turísticas do Estado de Goiás. *V Encontro de Estudo Em Estratégia*, 1–12. <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es456.pdf>

Brasil. (2017). Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In *Presidência da República do Brasil*. http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf

Brasil. (2018). Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post. Vol. 2. *Casa Civil Da Presidência Da República.*, 2(Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República), 318. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf

Souza, Silvia & Costa. *Implementação e implicações da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino*

Camargo, R. A. M. M., Lourenço, M. L., & Ferreira, J. M. (2018). Mulheres empreendedoras no Brasil: Quais seus medos? *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(2), 178–193. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i2.3578>

Carmo, V. (2013). *O uso de questionários em trabalhos científicos*. 14. http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%EDficos.pdf

Carvalho, G. C. (2017). Políticas públicas, gênero e empreendedorismo: uma análise do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(1), 11. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.33544>

Cavenaghi, S., & Alves, J. E. D. (2018). Mulheres Chefes de Família no Brasil: avanços e desafios. In *Estudos sobre Seguros. ENS-CPES* (Vol. 32). ENS-CPES.

Cisneros, M. E. E. (2015). Desempeño de nuevos negocios: perspectiva de género. *Nordic Cooperation: A European Region in Transition*, 60, 468–485. <https://doi.org/10.4324/9781315755366-3>

Costa, D. M., Azevedo, P., & Souza, R. de. (2012). Políticas públicas empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram. IBAM.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2 Ed. Porto Alegre-artmed, 2007. In L. de oliveira da Rocha (Ed.), *Artmed* (2nd ed.). Artmed. <http://ir.obihiro.ac.jp/dspace/handle/10322/3933>

Elkington, J. (2004). Enter the triple bottom line. In *The Triple Bottom Line: Does it All Add Up?* (Vol. 1, Issue 1986, pp. 1–16). Earthscan Publications Ltd. <https://doi.org/10.4324/9781849773348>

Farah, M. F. S. (2018). Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. *Revista Do Serviço Público*, 69, 53–84. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i0.3583>

Fernandes, T. S., Watanabe, M., Yamaguchi, C. K., & Godoi, C. K. (2016). Dimensões Do Empoderamento Feminino: Autonomia Ou Dependência? Dimensions of Empowerment of Women: Autonomy or Reliance Dimensiones Del Empoderamiento Femenino: ¿Autonomía O Dependencia? *Revista Alcance*, 23(3), 391–413. <https://doi.org/alcance.v23n3.p391-413>

Franco, M. M. S. (2014). Empreendedorismo Feminino: Características Empreendedoras das Mulheres na Gestão das Micro e Pequenas Empresas. *VIII EGEPE - Encontro de Estudos Em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empreas*, 1–10. <http://www.egepe.org.br/anais/tema07/333.pdf>

Freire, C. T., Maruyama, F. M., & Polli, M. (2017). Políticas públicas e ações privadas de apoio ao empreendedorismo inovador no Brasil: Programas recentes, desafios e oportunidades. In L. M. Turchi & J. M. de Moraes (Eds.), *Políticas de Apoio à Inovação*

Souza, Silvia & Costa. *Implementação e implicações da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino*

Tecnológica no Brasil: Avanços Recentes, Limitações e Propostas de Ações. (pp. 233–294). IPEA.

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6th ed.). Atlas.

Gimenez, F. A. P., Ferreira, J. M., & Ramos, S. C. (2017). Empreendedorismo Feminino no Brasil: Gênese e Formação de Um Campo de Pesquisa. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 6(1), 40–74. <https://doi.org/10.14211/regepe.v6i1.450>

Gomes, M. V. R., Alves, M. A., & Fernandes, R. J. R. (2013). *Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas* (Programa G). FGV.

Gouveia, T. (2021, February). Políticas para as mulheres no governo Bolsonaro : notas para reflexão. *Heinrich Böll Stiftung*, 1–7. <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/politicas-para-mulheres-no-governo-bolsonaro-notas-para-reflexao>

Hisrich, R. D., & Peters, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Bookman.

Lima, L. L., & D’Ascenzi, L. (2013). Implementação das políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*. 21(48), 101-110.

Lima, L. L., & D’Ascenzi, L. (2017). O papel da burocracia de nível de rua na implementação e (re)formulação da Política Nacional de Humanização dos serviços de saúde de Porto Alegre (RS). *Rev. Adm. Pública*. 51(1), 101-110. <https://doi.org/10.1590/0034-7612145223>

Lotta, G. (2019). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Enap.

Machado, H. P. V., Gazola, S., Fabricio, J. D. S., & Anez, M. E. M. (2016). Women entrepreneurs: reasons and difficulties for starting in business. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(3), 15–38. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n3p15-38>

Machado, R. (2021, June 15). Projeto prevê promoção de agenda para desenvolvimento sustentável. *Agência Câmara de Notícias*, 5–7. <https://www.camara.leg.br/noticias/770666-projeto-preve-promocao-de-agenda-para-desenvolvimento-sustentavel/>

Mello, J., & Marques, D. (2019). Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal: visões do estado sobre as mulheres e políticas públicas no brasil. *IPEA*, 2441, 66. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34534%3Atd-2441-elementos-para-uma-tipologia-de-genero-da-atuacao-estatal-visoes-do-estado-sobre-as-mulheres-e-politicas-publicas-no-brasil&catid=419%3A2019&directory=1&Itemid=1

Mello, J., Ribeiro, V. M., Lotta, G., Bonamino, A., & Carvalho, C. P. de. (2020). Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades. In *Implementação de políticas e atuação de*

Souza, Silvia & Costa. *Implementação e implicações da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino*

gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades. IPEA.

Merriam, S. B. (2009). *Qualitative Research: A guide to design and implementation.* In *Jossey-Bass* (2nd ed.). Jossey-Bass.

Natividade, D. R. da. (2009). Empreendedorismo feminino no Brasil : políticas públicas sob análise. *Revista de Administração*, 43(1), 231–256.

Navarro, F. da S., Martins, C. M., Moreira, M. A., & Vasconcellos, A. M. A. (2018). Trajetória das microempreendedoras individuais na região metropolitana de Belém: crescimento pessoal, empoderamento feminino e a formalização de seus negócios. *REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo Da Fatec Osasco*, 4(1), 101–126. <https://doi.org/10.21574/remipe.v4i1.9>

Porto Velho. (2019, October 25). Feira encoraja o espírito empreendedor da mulher. *Prefeitura de Porto Velho*, 19.

Rigoni, C. L., & Goldschmidt, R. (2015). Políticas Públicas de Proteção e Incentivo ao Trabalho da Mulher. *Revista Da AJURIS*, 42(139). http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/viewFile/416/Ajuris139_DT3.pdf

Roma, J. C. (2019). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Indicadores de Sustentabilidade, october 2018*, 33–39.

Santos, E. D., & Haubrich, G. F. (2018). Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si. *Letras de Hoje*, 53(3), 412–421. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30670>

Santos, S. M. de M., & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katál*, 13(1), 11–19. <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>

Sarfati, G. (2013). Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: Os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista de Administracao Publica*, 47(1), 25–48. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100002>

Sebrae. (2019). *Empreendedorismo Feminino no Brasil Características do estudo.* Sebrae. Silva, J. S. da, Tavares, M. F. S. dos S., Jesus, D. L. N. de, & Merlin, H. A. (2018). Empreendedorismo feminino no Brasil: teorias, políticas e tendências. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6(3), 30–46. <https://doi.org/10.32888/cge.v6i3.27311>

Silva, P. M. M., El-Aouar, W. A., Silva, A. W. P., Castro, A. B. C., & Sousa, J. C. (2019). A resiliência do empreendedorismo feminino. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 13(34), 2629–2649.

Souza, C. (2018). Coordenação de Políticas Públicas. In *Enap*. Enap.

Souza, L.D.P. Dias, C. A., Silva, G. P. L. (2020). Percepção da comunidade acadêmica de uma instituição de ensino técnico e tecnológico sobre a Política pública de enfrentamento à violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI*. 5(1), 129-153. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n1.48791>

Stake, R. E. (2011). Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. In *Educação: Teoria e Prática* (Vol. 30, Issue 63). Penso. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14553>

Teixeira, R. M., & Bonfim, L. C. S. (2016). Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens TT - Female entrepreneurship and challenges faced by women entrepreneurs to reconcil. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 10(1), 44–64. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-61252016000100044&lang=pt

Yin, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso.